

74 neles, Brasil!

Luiz Felipe de Alencastro

O observador que conseguir abstrair-se um pouco das agruras eleitoreiras da atualidade para recapitular a evolução política do período pós-1964 deparará com um dado incontornável, inofismável. Houve, no coração dos anos 70, uma silenciosa revolução eleitoral neste país. Por qualquer lado que se meça, por qualquer ponta que se pendure, os resultados das eleições de novembro de 1974 traduzem o voto maciçamente opositor de um eleitorado avolumado — tanto em extensão demográfica como em profundidade social — pela chegada de novos eleitores. Em 1960 só um adulto brasileiro sobre dois era eleitor, em 1980 quatro sobre cinco já comparecem às urnas. Driblando a "Lei Falcão" de 1976, o "pacote de abril" de 1977, o voto vinculado de 1982, esse eleitorado desmantelou a Arena e em seguida o PDS, tornando inviável a institucionalização do regime autoritário.

Essa constatação dá ainda maior aspereza à situação presente, às vésperas da Constituinte, quando a crise de identidade partidária se desdobra numa verdadeira crise de representação parlamentar. É claro que a dessincronia com os movimentos sociais constitui a própria essência da perenidade da política nacional. Diferenciando-se mais regionalmente do que socialmente, a classe política tem uma pulsão genética — ímpar na América Latina — que conduz ao imperativo eleitoral: o escrutínio é a condição prévia do estabelecimento da conciliação entre forças políticas circunstancialmente conflitantes mas socialmente dominantes. Essa dinâmica delimita nosso horizonte histórico, balizando o espaço onde oscila a mediocridade da "política politiquera": os interesses orgânicos da classe política fixam o patamar mínimo da nossa liberdade ao travar, no meio do caminho, o extremismo centralizador e autoritário onde se engolfaram, nos anos recentes, outros países do continente. Mas esses mesmos interesses fixam o teto máximo do transformismo dessa classe política: sua renitente hostilidade a toda modificação atentatória à sua auto-reprodução. Não é outra a razão da tibieza com que os partidos abordaram a questão do voto do analfabeto, que continua excluído *de facto* do corpo eleitoral. Não é outra a explicação da calamitosa atuação do PMDB na tramitação do projeto sobre a instauração dos dois turnos na eleição aos Executivos municipais e estaduais. Mais do que o descarado troca-troca partidário, este último acontecimento ilustra exemplarmente o falhanço das lideranças partidárias geradas pela cacetada anti-autoritária de novembro de 1974. As eleições majoritárias em dois turnos não são certamente uma panacéia à crise de representação. Certo é, porém, que contribuiriam para

limitar o fisiologismo, marcando a fronteira que separa, no campo político, o compromisso do comprometimento. A tendência à hipertrofia do Executivo, em ação em todas as democracias modernas, levou à introdução de corretivos com fito de reequilibrar os poderes constitutivos do Estado ou de investir o Executivo central da maioria absoluta de votos e não só da maioria relativa. Contingência mais necessária ainda nos períodos de transição institucional ou de transformação social. Ao copiar o federalismo americano, onde a maioria eleitoral é forçosamente maioria absoluta, os constituintes brasileiros das gerações passadas introduziram regras específicas daquele federalismo num sistema multipartidário, onde a maioria relativa entroniza um eleito extraído de corrente e de partido minoritário.

Diante dos efeitos devastadores de tal mecanismo esperava-se que o PMDB, estrategicamente interessado nesse corretivo, promovesse um debate nacional, dando prioridade absoluta à questão no Congresso. O que se viu foi uma desoladora e apressada votação onde, em meio às manipulações dos "pianistas" e à pasma-ceira geral, surgiu uma estreita maioria que recusou o projeto. Quem cometeu um erro político desse calibre nunca mais poderá acusar seus críticos de angelismo ou incompreensão.

É sabido que a televisão teve peso decisivo na acelerada mudança de casacas que esvaziou o PDS e transformou o PFL em partido de governo. A adesão de muitos governadores à candidatura tancredista foi negociada em função do acesso que teriam ao "Jornal Nacional" da Globo, nas últimas semanas de 1984. Também não é segredo que as alianças esdrúxulas atualmente tecidas entre candidatos e partidos evoluem em relação ao tempo de antena que cada organização partidária disporá na televisão. Some-se aí um fator sem precedentes. Em virtude da Copa do Mundo e do congelamento de preços, uma proporção crescente de brasileiros disporá de uma televisão no segundo semestre do corrente ano. Nunca a teia mediática foi tão extensa no Brasil.

Os efeitos combinados da crise da velha dinâmica partidária e da pasteurização televisiva abrem a caixa de Pandora donde sairão os monstros que poderão levar o sistema político à breca. Tal é o drama da campanha eleitoral que se inicia. Veremos, como em novembro de 1974, um voto de desconfiança aos partidos e ao regime, ou teremos a abertura da "via brasileira para o feudalismo", com a legitimização dos clãs que privatizam os poderes políticos e segmentam a nação? Marcharemos de volta para o futuro ou de ida para o passado?